



# EDUCAÇÃO FÍSICA REFLEXIVA: POR UMA REINTERPRETAÇÃO DA ONTOLOGIA DO MOVIMENTO HUMANO

Juliano de Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

*Esse texto expõe alguns resultados de uma pesquisa teórica mais ampla de reinterpretação da ontologia do movimento humano a partir da teoria da modernização reflexiva de Ulrich Beck e Anthony Giddens. Procura-se, portanto, apontar alguns dos possíveis impactos que a autotransformação do tecido social na Segunda Modernidade poderia impor sobre a Educação Física no que diz respeito, sobretudo, ao trato epistemológico do corpo.*

PALAVRAS-CHAVE: *Epistemologia da Educação Física; Modernização Reflexiva; Corpo.*

## 1 INTRODUÇÃO

Esse texto expõe resultados de uma pesquisa teórica mais ampla de reinterpretação teórica da ontologia do movimento humano. Minha hipótese é que se o diagnóstico de autores como Beck ou Giddens é verdadeiro, então uma série de categorias analíticas acionadas no campo da Educação Física para explicara realidade constitutiva da área não só podem como devem ser revistas, postas em xeque, quando senão abandonadas em favor de construções teóricas que satisfaçam melhor analiticamente as dinâmicas estruturantes do tecido social tanto no âmbito das instituições quanto da constituição das subjetividades/identidades.

Nas páginas seguintes, recupero então alguns dos desafios analíticos que se abrem ao campo da Educação Física no Brasil a partir da retomada teoria da modernização reflexiva de Ulrich Beck (2002, 2011, 2012) e Anthony Giddens (2002, 2012). Em termos mais precisos, procuro apontar alguns dos possíveis impactos que a autotransformação do tecido social levado a efeito no cenário da Segunda Modernidade poderia impor sobre a Educação Física no que diz respeito, sobretudo, ao trato epistemológico do corpo.

## 2 TEORIA DA MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA E A REABILITAÇÃO DO CORPO

De acordo com Beck (2003), as sociedades da Primeira Modernidade se definem e se organizam basicamente no contêiner do Estado-nacional, nas dimensões das lutas de classe e das grandes formações coletivas, no ordenamento normativo e hierárquico da família nuclear, em uma clara distinção entre sociedade e natureza, além de se caracterizarem como sociedades do pleno emprego, uma vez que a

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá, julianoedf@yahoo.com.br

participação na democracia se constrói a partir da inserção dos indivíduos no trabalho produtivo. Na Segunda Modernidade, todos esses fundamentos são abalados e revistos no conjunto de transformações que integram a etapa reflexiva da modernização através da qual, em linhas gerais, a modernidade se confronta com ela mesma e toma rumo alternativo que não foi previsto a partir de um cálculo de rota original, mas que tampouco foi traçado aleatoriamente e no vácuo.

Esse novo estágio social, como fruto então da autotransformação das instituições sociais e também das identidades e das relações íntimas, segundo Giddens (2012) é marcado pela destradicionalização e individualização. Ambas as dimensões são relacionais, uma vez que é no contexto pós-tradicional que o indivíduo, de fato, se libera das estruturas coercitivas tradicionais, não evidentemente por um ato solipsista e emancipador, mas porque as dinâmicas de “incertezas fabricadas” (GIDDENS, 2002) decorrentes da socialização da natureza e da reflexividade das instituições, impõe aos indivíduos a necessidade de constituírem um “padrão de vida biográfico” e de realizarem escolhas.

Em uma ordem social então destradicionalizada – cuja qual evidentemente não anula a possibilidade de que elementos caros à tradição possam ressurgir e ser reinventados –, a vida se reorganiza como um todo, em suas diferentes esferas, das relações de trabalho à negociação e distribuição das atividades domésticas no âmbito familiar; dos novos movimentos sociais que emergem das situações de ameaça na sociedade de risco à ética dos cuidados corporais que os indivíduos impõem sobre si; do redesenho das relações amorosas e de amizade que passam a ser selecionadas e escolhidas por cada um à dinâmica de mobilidade ou ao sistema de seguridade social que já não são vivenciados como destino coletivo, mas individual etc.

Nesse contexto, abre-se um espaço de manobras em que o indivíduo emerge como engenheiro de sua vida, condição que, por conseguinte, não significa assumir que a individualização seja uma forma deliberada de emancipação, liberdade, egoísmo, atomismo ou isolamento social. Ao contrário então do que essas leituras sugerem, a dinâmica de individualização desvelada nos trabalhos de Beck e Giddens não tem conotação valorativa e, em última instância, significa que na modernidade radicalizada “[...] se entra numa dinâmica institucional endereçada ao indivíduo, não ao grupo” (BECK, 2003, p. 69).

Disso decorre o entendimento de que o crescente processo de individualização ao arremessar os indivíduos a um universo múltiplo de estilos de vida e possibilidades de existência no qual devem tomar parte e empreenderem sua *egotrip*, pressupõe um alto grau de coerção social representada na emergência da sociedade mundial de risco, evidenciando que “[...] o microcosmo da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais, terrivelmente insolúveis” (BECK, 2012, p. 78). 214).

Mediante o exposto, é possível dizer então que no contexto da modernidade reflexiva, os indivíduos são impelidos a produzirem soluções biográficas para contradições sistêmicas. Em suma, tal enfrentamento remete ao processo de autoconfrontação e autotransformação da modernidade que, por sua vez, se fez refletir nos domínios da vida privada e pública, reorganizando, redefinindo e, talvez

mesmo, até dissolvendo essa polarização a partir de três condições principais e, muito provavelmente, iniciais de afirmação da atividade alternativa no esforço de ruptura com a racionalidade especializada, quais sejam: “[...] a transição da cientificação simples para a reflexiva, a questão ecológica e a penetração das orientações feministas nas várias profissões e campos da atividade ocupacional” (BECK, 2012, p. 82).

No intuito de estender os pressupostos e avaliar o alcance da teoria da modernização reflexiva no campo da Educação Física, cabe indagar quais seriam então os correlativos dessas mudanças sugeridas por Beck e Giddens em relação à reflexividade institucional na ontologia do movimento humano? Quais os impactos científicos e políticos de compartilhar de uma concepção de estruturas sociais que não somente constroem e inibem os indivíduos, mas também impulsionam, autorizam e permitem? Supondo-se que a destradicionalização e a individualização tenham encorajado outra ética das práticas corporais, o que isso representaria em termos epistemológicos e pedagógicos para a Educação Física?

Para lançar luz sobre algumas dessas questões, é importante inicialmente lembrar que o corpo na condição de entidade indivisível do eu se tornou alvo de investimento reflexivo por parte dos agentes. De acordo com Giddens: “Todas as culturas têm sido sistemas de medicina e regimes de treinamento corporal. Mas na era moderna o corpo e seus processos fisiológicos têm sido muito mais profundamente invadido que antes” (GIDDENS, 2012, p. 123). Essa invasão do corpo pelos sistemas peritos, ao contrário do que se pensa, tem pouca relação com a dominação abstraída do aspecto coercitivo da estrutura, e uma relação muito mais intensa com a dimensão criadora da estrutura, expressa, entre outras coisas, no fato de que a ciência na etapa reflexiva da modernização se torna difusa e permeia todos os espaços.

A Educação Física, embora não se trate a rigor de uma ciência, mas de um campo no qual também se desenvolve atividade científica, está inserida nessa dinâmica institucional da reflexividade. A produção de um saber-fazer corporal materializada em manuais, livros, artigos, entrevistas, filmes e outras vias comunicativas abertas pela sociedade da informação tem permitido aos indivíduos construir suas biografias. Oportuno ressaltar que o que está em tela não se trata de um saber que aprisiona ou emancipa, mas de um conhecimento que está disponível aos indivíduos no momento em que eles, mais que nunca, precisam tomar suas decisões, elaborar suas narrativas, ingressarem na dinâmica reflexiva da modernização.

Tome-se como exemplo o *trekking*, atividade física mais praticada no Brasil segundo os dados trazidos no *Diagnóstico Nacional do Esporte* em junho de 2015. Trata-se de uma prática endereçada ao indivíduo e através da qual eles integram seus corpos nas decisões sobre estilos de vida. Associado ao *trekking* está uma ciência da atividade física e da nutrição que extrapolou os muros da cidadela acadêmica. Esse conhecimento se traduz na reorganização do tempo pessoal, na dieta, na aquisição de roupas recomendáveis à caminhada, na recorrência ou não aos serviços especializados de profissionais da Educação Física, da Nutrição etc., na reorganização das finanças, no tempo que dedicam aos *sites* destinados ou que reservam espaço ao *trekking*, nas páginas e pessoas que seguem no *facebook* etc.

Nesse contexto aberto de possibilidades, o indivíduo procura saber então sobre qual o melhor período para caminhar, sobre o tempo de caminhada mais indicado aos seus objetivos, sobre as vestimentas adequadas para tal. As questões da ordem no domínio dessa atividade passam a ser, dentre outras: que ritmo de caminhada adotar? É benéfico caminhar em jejum? O que comer ou não comer após uma hora de caminhada no parque? O quanto se hidratar? Por conseguinte, indagações como as exemplificadas, partem da investigação científica e não o deixarão de ser formulados nesses termos. Acontece que, no contexto de reflexividade indiscriminada, esse conhecimento, por via de mediadores culturais, chega às pessoas comuns que o integram, ao menos em parte, ao léxico que mobilizam para explicar o mundo e dotar suas vidas de sentido. Há, além disso, um fluxo ininterrupto do conhecimento, na medida em que enquanto essas pessoas estão confrontando e fazendo uso de tais informações, outras talvez muito mais precisas ou mesmo imprecisas e a lançarem mais dúvidas sobre o inseguro contexto que é a sociedade de risco podem estar surgindo e se tornando disponíveis.

Em síntese, o *trekking* como prática de lazer individualizada que se distribuiu massivamente na sociedade de risco em virtude da constituição não só de um mercado legítimo que organiza a prática, mas, acima de tudo, da expansão progressiva de uma reflexividade institucional – uma coisa não exclui a outra –, apontam para uma dinâmica que pode ser lida por outras lentes teóricas no campo da Educação Física. Nesse sentido, o trabalho que os indivíduos, no contexto da modernização reflexiva, fazem sobre seus corpos a partir de atividades físicas como o *trekking*, corridas de rua, ciclismo, *crossfit*, musculação ou através de dietas, terapias, cirurgias, tratamentos estéticos, suplementos alimentares, recursos ergogênicos etc. já não se permite explicar devidamente por modelos epistemológicos que situam esse movimento de construção das biografias individuais como uma dialética negativa e opressora, isto é, como se as pessoas fossem: “[...] meros engrenajes de la máquina gigantesca de la racionalidad tecnocrática y burocrática” (BECK, 2002, p. 233).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modo de fechamento, aponta-se que a incorporação da teoria da modernização reflexiva como quadro analítico e *modus operandi* no campo da Educação Física permite reabilitar o indivíduo como agente inventivo em seus usos corporais. No que se refere aos desafios pedagógicos que a adoção desse referencial de análise impõe sobre a Educação Física, ainda é prematuro qualquer exposição mais sistemática e estes serão tema de trabalhos futuros. De forma preliminar e provocativa, no entanto, é possível perguntar se não estaria na hora, por exemplo, da Educação Física escolar, em virtude de todas essas mudanças sociais que se revelam na etapa reflexiva da modernização, operar uma verdadeira reviravolta em suas prioridades de conteúdos? Será que atividades físicas individualizadas como *trekking*, esportes de contato íntimo com a natureza, atividades de academia, jogos eletrônicos etc. não satisfariam muito mais os interesses culturais de crianças, adolescentes, jovens, além de poderem propiciar experiências de socialização mais democráticas?

Questões para pensar...

## EDUCACIÓN FÍSICA REFLEXIVA: POR UNA REINTERPRETACIÓN DE LA ONTOLOGÍA DEL MOVIMIENTO HUMANO

RESUMEN: *Este texto expone algunos resultados de una investigación teórica más amplia de relectura de La ontología movimiento humano a partir de La teoría de La modernización reflexiva de Ulrich Beck y Anthony Giddens. Se busca, por tanto, señalar algunos de los posibles impactos que La auto-transformación Del tejido social en la Segunda Modernidad podría imponer a La Educación Física en relación principalmente al análisis epistemológico del cuerpo.*

PALABRAS CLAVE: *Educación Física; modernización reflexiva; cuerpo.*

## REFLEXIVE PHYSICAL EDUCATION: FOR A REINTERPRETATION OF THE ONTOLOGY OF THE HUMAN MOVEMENT

ABSTRACT: *This text exposes some results of a broader theoretical research of reinterpretation of the ontology of human movement from the theory of reflexive modernization of Ulrich Beck and Anthony Giddens. It is sought, therefore, to point out some of the possible impacts that the self-transformation of the social fabric in the Second Modernity could impose on the Physical Education in what concerns, mainly, to the epistemological treatment of the body.*

KEYWORDS: *Physical Education; Reflexive Modernization; Body.*

## REFERÊNCIAS

BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

BECK, U. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Unesp, 2003.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U. et al. (orgs). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2012, pp. 11-87.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U. et al. (orgs). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2012, pp. 89-166.